

Antroposfera:

Ocupações Não Planejadas

PROJETO
lagoa
VIVCI

CRÉDITOS

Este material foi elaborado no âmbito do Convênio de PDI (Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação) celebrado entre a CODEMAR (Companhia de Desenvolvimento de Maricá), Prefeitura Municipal de Maricá e UFF (Universidade Federal Fluminense).

PREFEITO MUNICIPAL DE MARICÁ

Fabiano Horta

PRESIDENTE DA CODEMAR

Hamilton Lacerda

COORDENADOR DO PROJETO LAGOA VIVA - CODEMAR

Eduardo Britto

REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

Dr. Antônio Cláudio Lucas da Nóbrega

PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO EUCLIDES DA CUNHA

Dr. Alberto Di Sabatto

COORDENADOR DO PROJETO LAGOA VIVA - UFF

Dr. Eduardo Camilo da Silva

COORDENADORA DO PPGAD/UFF

Dra. Ana Raquel Coelho Rocha

GERENTE DO PROJETO LAGOA VIVA – UFF

Marcio Soares da Silva

COORDENADORA CIENTÍFICA DO PROJETO LAGOA VIVA UFF

Dra. Evelize Folly das Chagas

AUTORES CONTEUDISTAS

Renan Amorim, Mahathma Aguiar Barreto, Pedro da Silva Sant'Anna, Lucas Gaudie-Ley, Joel de Mattos Junior, Victor Aleluia da Silva, Beatriz Freitas dos Santos Gonçalves, Carolina Waite, Lara Pompermayer, Danniela Scott, Khauê Vieira e Fabiana Pompermayer

ORGANIZAÇÃO DOS CONTEÚDOS

Anna Clara Waite

REVISOR E EDITOR

Jefferson Lopes Ferreira Junior

DIAGRAMAÇÃO

Julia Braghetto Moreira

PROJETO
lagoa
VIVAI

ENCICLOPÉDIA

1a edição, volume I. Rio de Janeiro, Eduk.AI Ltda., 2024
© 2024 Eduk.AI Ltda.

produção:

EDUK.AI | Transformação
Inovação educacional
Inteligência Artificial



APRESENTAÇÃO

A **Plataforma LAGOA VIVA** de Maricá é uma Comunidade Educacional que visa a Aprendizagem Ambiental desenvolvida com recursos tecnológicos de inteligência artificial para identificar índices de maturidade ambiental da população e para fornecer trilhas de aprendizagem. A proposta é identificar o perfil comportamental ambiental do indivíduo para o desenvolvimento de autopercepção e fornecer trilhas de aprendizagem com o intuito de ampliar a consciência ambiental e proporcionar uma maior eficácia de práticas cotidianas de preservação do meio ambiente.

Esta Comunidade Educacional de Aprendizagem Ambiental também se dedica à disponibilização de cartilhas e ebooks para que docentes, discentes e público em geral possam obter conteúdo de qualidade e de fácil acesso nas diversas temáticas sobre o meio ambiente. A educação ambiental é uma ferramenta importante para o desenvolvimento sustentável, contribuindo para a construção de uma cidade mais justa, igualitária e ambientalmente responsável. Por isso, cientes da importância e urgência desta questão, a CODEMAR (Companhia de Desenvolvimento de Maricá), UFF (Universidade Federal Fluminense) e Prefeitura de Maricá, desenvolveram a Plataforma LAGOA VIVA, uma iniciativa pioneira que utiliza tecnologia de ponta e tem potencial de revolucionar o âmbito da Educação Ambiental.

As cartilhas e ebooks estão organizadas nos principais temas que envolvem todas as esferas planetárias. Os conteúdos perpassam os seguintes eixos (esferas):

- **PLANETA TERRA**
- **ATMOSFERA**
- **GEOSFERA**
- **HIDROSFERA**
- **BIOSFERA**
- **ANTROPOSFERA**

OCUPAÇÕES NÃO PLANEJADAS

As **OCUPAÇÕES NÃO PLANEJADAS** são áreas urbanas que surgem sem um planejamento adequado, muitas vezes em terrenos públicos ou privados de forma irregular. Essas áreas são caracterizadas pela ausência de infraestrutura básica, como água, esgoto, luz, pavimentação de ruas, escolas e hospitais, além da falta de espaços públicos adequados, como praças e parques.



Figura 1: ocupações não planejada
Fonte: labcidade.fau.usp.br

Essas **OCUPAÇÕES** ocorrem devido à falta de moradias acessíveis e dignas, principalmente para a população de baixa renda que não tem condições de arcar com os altos preços dos imóveis nas áreas urbanas regulares. Muitas vezes, essas áreas surgem em locais inadequados, como em encostas de morros, às margens de rios ou em áreas de preservação ambiental, o que aumenta o risco de desastres naturais, como deslizamentos de terra e enchentes.



Figura 2: ocupações não planejadas
Fonte: commons.wikimedia.org

A **REGULARIZAÇÃO DESSAS OCUPAÇÕES** é um desafio para as autoridades governamentais, que precisam encontrar soluções para garantir o acesso dos moradores a serviços básicos e infraestrutura adequada, além de promover a inclusão social dessas comunidades. No entanto, a solução para esse problema não pode ser apenas a regularização, é necessário criar políticas públicas que promovam o acesso à moradia digna, garantindo que todas as pessoas possam ter acesso a uma vida urbana de qualidade.

Entre as soluções para a **REGULARIZAÇÃO DAS OCUPAÇÕES NÃO PLANEJADAS**, estão a criação de projetos habitacionais populares, a implementação de planos de urbanização que contemplem a infraestrutura básica e a articulação de políticas públicas para a promoção da inclusão social dessas comunidades. Além disso, é importante conscientizar a população sobre a importância do planejamento urbano e da preservação ambiental, para que novas áreas de ocupação não planejada não surjam.

As **OCUPAÇÕES NÃO PLANEJADAS** têm várias características que as diferenciam das áreas urbanas regulares. Algumas das principais características incluem:

- **FALTA DE INFRAESTRUTURA BÁSICA:** As ocupações não planejadas geralmente não têm acesso a serviços básicos como água, esgoto, eletricidade e iluminação pública.
- **PRECARIEDADE DAS CONSTRUÇÕES:** As casas nessas áreas são geralmente construídas com materiais improvisados e não seguem os padrões de segurança e qualidade das construções regulares. Elas podem ser vulneráveis a desabamentos, incêndios e outros riscos.
- **AUSÊNCIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS:** As ocupações não planejadas não têm acesso a serviços públicos essenciais, como escolas, postos de saúde e transporte público regular.
- **PROBLEMAS DE SEGURANÇA:** As áreas de ocupação não planejada geralmente são mais vulneráveis a problemas de segurança, como a violência urbana.
- **FALTA DE PLANEJAMENTO URBANO:** As ocupações não planejadas geralmente surgem sem qualquer planejamento urbano, o que significa que as ruas e as construções podem ser irregulares e inadequadas para o tráfego e outras necessidades urbanas.

Essas características tornam as **OCUPAÇÕES NÃO PLANEJADAS** um grande desafio para as autoridades municipais, que precisam buscar soluções para melhorar as condições de vida das pessoas que vivem nessas áreas, como a regularização fundiária e a oferta de infraestrutura e serviços básicos.

Além dessas características, as **OCUPAÇÕES NÃO PLANEJADAS** também podem apresentar outros problemas, como a superlotação e a falta de privacidade. Como muitas vezes as casas são construídas muito próximas umas das outras, pode haver uma falta de espaço privado para as famílias. A falta de áreas verdes e espaços públicos adequados também pode afetar a qualidade de vida dos moradores.

Outro problema comum em **OCUPAÇÕES NÃO PLANEJADAS** é a dificuldade de acesso a serviços financeiros e bancários. Sem uma documentação formal de propriedade, as pessoas que vivem nessas áreas podem ter dificuldade em obter empréstimos ou financiamentos para melhorar suas casas ou investir em seus negócios.

As **OCUPAÇÕES NÃO PLANEJADAS** também podem afetar a saúde dos moradores. A falta de acesso a água potável e saneamento básico pode levar a doenças e infecções, e a poluição do ar pode ser um problema em áreas urbanas altamente congestionadas.

Apesar desses desafios, as **OCUPAÇÕES NÃO PLANEJADAS** também podem ser vistas como uma forma de resistência e empoderamento, já que muitas vezes são ocupadas por pessoas que não têm acesso a habitações formais. Essas áreas podem se tornar comunidades vibrantes e resistentes, com uma forte cultura local e solidariedade entre os moradores.

Para enfrentar os desafios apresentados pelas **OCUPAÇÕES NÃO PLANEJADAS**, é necessário um esforço conjunto das autoridades municipais, organizações da sociedade civil e das próprias comunidades. A oferta de regularização fundiária e serviços públicos básicos é fundamental para melhorar as condições de vida dos moradores e garantir uma cidade mais justa e inclusiva para todos.

As autoridades públicas têm diversas estratégias para lidar com as **OCUPAÇÕES NÃO PLANEJADAS**, que variam de acordo com a legislação e as políticas locais. Algumas das principais estratégias incluem:

- **REASSENTAMENTO DAS FAMÍLIAS:** Uma das estratégias mais comuns é o reassentamento das famílias que vivem em áreas de risco para locais mais seguros e adequados. Essas áreas podem ser construídas pelos governos ou por organizações não governamentais, e geralmente incluem a construção de moradias populares e o fornecimento de serviços básicos, como água, saneamento e eletricidade.
- **REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA:** Outra estratégia importante é a regularização fundiária, que consiste em legalizar a posse da terra ocupada de forma irregular, garantindo aos moradores o direito à propriedade e ao acesso a serviços públicos. Isso pode ser feito por meio de programas de regularização fundiária, como a Lei de Regularização Fundiária, que permite a regularização de áreas ocupadas de forma irregular há mais de cinco anos.
- **REALOCAÇÃO TEMPORÁRIA:** Em algumas situações, é necessário realocar temporariamente os moradores de áreas de risco enquanto as obras de prevenção e proteção são realizadas. Essa estratégia pode incluir a oferta de moradias temporárias, subsídios para aluguel ou outras formas de assistência financeira.
- **DIÁLOGO COM A COMUNIDADE:** É fundamental que as autoridades públicas dialoguem com a comunidade afetada pelas ocupações não planejadas, buscando entender suas demandas e necessidades. O diálogo pode ajudar a encontrar soluções mais adequadas e justas para o problema.

- **INTERVENÇÕES URBANAS:** Em alguns casos, é possível realizar intervenções urbanas nas áreas ocupadas de forma irregular, como a construção de infraestrutura básica e equipamentos públicos, para melhorar as condições de vida dos moradores e regularizar a situação fundiária. Essas intervenções podem ser feitas em parceria com empresas privadas e organizações da sociedade civil.
- **FISCALIZAÇÃO E DESOCUPAÇÃO:** Em casos extremos, quando as ocupações não planejadas são consideradas de alto risco e as intervenções para regularização e proteção são inviáveis, as autoridades públicas podem optar pela fiscalização e desocupação das áreas. No entanto, essa é uma medida controversa, que pode gerar conflitos e violações de direitos humanos, e deve ser adotada como última alternativa.
- **INCENTIVOS À CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÕES POPULARES:** Para evitar o surgimento de novas ocupações não planejadas, é importante que as autoridades públicas invistam na construção de habitações populares em locais adequados, com infraestrutura básica e serviços públicos. Além disso, incentivos fiscais e financeiros podem ser oferecidos para incentivar a construção de moradias populares por empresas e organizações da sociedade civil.
- **INTEGRAÇÃO DAS COMUNIDADES AFETADAS NO PLANEJAMENTO URBANO:** é importante que as comunidades afetadas pelas ocupações não planejadas sejam incluídas no processo de planejamento urbano, para que suas necessidades e demandas sejam consideradas nas políticas públicas e nas decisões sobre o uso do solo urbano. Isso pode ser feito por meio de mecanismos de participação popular, como audiências públicas, conselhos municipais e outras formas de consulta popular.
- **INCENTIVO À REGULARIZAÇÃO E MELHORIA DAS CONSTRUÇÕES EXISTENTES:** incentivos podem ser oferecidos para que as pessoas que moram em ocupações não planejadas melhorem e regularizem suas construções, garantindo que elas estejam em conformidade com as normas de segurança e urbanísticas. Isso pode ser feito por meio de linhas de crédito específicas, programas de capacitação técnica e apoio técnico para a melhoria das condições habitacionais.

É importante ressaltar que a solução para as **OCUPAÇÕES NÃO PLANEJADAS** não se limita a uma única estratégia, e sim a uma abordagem integrada que combine ações de prevenção, proteção e regularização, com o envolvimento da comunidade afetada e a busca por soluções justas e sustentáveis. Cada situação deve ser analisada de forma particular, considerando as características locais e as necessidades da comunidade.

LEITURAS RECOMENDADAS

PÚBLICO GERAL

“Imóveis ociosos e ocupações: revertendo os vazios urbanos”

<https://caosplanejado.com/imoveis-ociosos-e-ocupacoes-revertendo-os-vazios-urbanos/>

“O ESTATUTO DA CIDADE E A HABITAT III: um balanço de quinze anos da política urbana no Brasil e a Nova Agenda Urbana”

<https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7121/1/O%20Estatuto%20da%20Cidade%20e%20a%20Habitat%20III.pdf>

“ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO DA CIDADE: leitura, compreensão e intervenção.”

<http://www.labcom.fau.usp.br/wp-content/uploads/2015/08/1999-ORGANIZA%C3%87%C3%83O-DO-ESPA%C3%87O-DA-CIDADE.pdf>

“Remoção de famílias de área de risco é a solução para evitar tragédia?”

http://agua.org.br/apresentacoes/72439_ApresentacaoRomulo.pdf

“AS OCUPAÇÕES IRREGULARES E SUAS RELAÇÕES COM AS ÁREAS DE RISCO NO ESPAÇO URBANO DE CARIACICA-ES: O CASO DE PORTO DE SANTANA”

https://repositorio.ufes.br/bitstream/10/9338/1/tese_11432_Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Marcela_08-07_revisada.pdf

“OCUPAÇÕES IRREGULARES EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO É possível a convivência harmoniosa entre população de baixa renda e meio ambiente natural?”

<http://ri.ucsal.br:8080/jspui/bitstream/prefix/2838/1/Ocupa%C3%A7%C3%B5es%20irregulares%20em%20%C3%A1rea%20de%20preserva%C3%A7%C3%A3o.pdf>

VÍDEOS INFORMATIVOS SUGERIDOS

PÚBLICO GERAL

“Ocupações Irregulares | bloco 1 | Realidade em Pauta”

<https://www.youtube.com/watch?v=vvmLdf476l>

“OCUPAÇÕES IRREGULARES E DÉFICIT HABITACIONAL - Opinião Minas”

<https://www.youtube.com/watch?v=LFnwbCTjh0Y>

“A tragédia das ocupações irregulares | AFP”
<https://www.youtube.com/watch?v=ns40vdBbnAQ>

LINKS IMAGENS

Figura 1:

<http://www.labcidade.fau.usp.br/wp-content/uploads/2022/02/post-critica-ao-pl-indenizacao-areas-de-risco-2.jpeg>

Figura 2:

https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Capivara_rio_barigui.jpg

PROJETO

lagoa VIVA

produção:

EDUK.AI | Transformação
Inovação educacional
Inteligência Artificial

 Universidade
Federal
Fluminense

 **CODEMAR**
MARICÁ DESENVOLVIMENTO

 PREFEITURA DE
MARICÁ